



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL DE CONTAS

**A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO ENTRE AS ISC NO
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E NA CAPACITAÇÃO
TÉCNICA**

II SEMINÁRIO DA OISC/CPLP

DILI, TIMOR- LESTE

(28 de Junho a 2 de Julho de 2011)

1.INTRODUÇÃO

É comumente aceite, que a cooperação entre as ISC/CPLP antecede a formalização da sua organização como hoje ela se apresenta. Na base desta constatação está a existência de laços linguísticos e culturais entre os seus povos e países.

É assim que muito antes da criação formal da OISC/ CPLP existiam já entre os tribunais que a enformam, acções de cooperação abrangendo vários domínios.

Exemplificando o nosso caso, o Tribunal de Contas de Cabo Verde estabeleceu nos anos 80 um protocolo de cooperação com o Tribunal de Contas de Portugal. Nessa ocasião estabeleceu-se como acção principal o apoio ao reforço e capacitação institucional do TC de Cabo Verde.

Nesta mesma linha, estamos convicto que os demais tribunais da CPLP terão estabelecido acordos do tipo, numa perspectiva bilateral.

Passados estes anos todos, chega-se ao ano de 1995 em que se formaliza a OISC/ CPLP, em reunião realizada na capital portuguesa nos dias 28 e 29 de Junho do ano em referência. Estava assim estabelecido o quadro visando promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos Tribunais Membros, *mediante a promoção de acções de cooperação técnica, científica e cultural no campo do controle e da fiscalização do uso dos recursos públicos, como estabelece o Estatuto.*

É na aplicação deste desiderato que se vem registando intercâmbios técnicos a nível teórico, com especial ênfase para acções de formação. De igual modo, vem tendo lugar, entre outras, missões de auditoria às contas do Secretariado Executivo da CPLP, com a participação rotativa dos tribunais que integram a organização. No caso de Cabo Verde o seu Tribunal já

participou nas missões de 2003 e 2009, e tem procurado por outro lado desenvolver acções de vária ordem com os tribunais de Contas de Portugal e Brasil e bem assim, pela sua similitude com a Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas de Portugal.

Fazendo o balanço do estado de desenvolvimento de cada Tribunal que constitui a nossa organização, pode-se verificar que alguns já deram passos significativos, outros estão a começar ou a recomeçar, ou seja, estamos em estágios de desenvolvimento diferentes, por várias razões, e por isso parece-nos que as nossas necessidades podem e devem merecer tratamentos específicos.

É com vista a evitar que todas as ISC passem por todos os estágios das demais, que uma cooperação coordenada entre as mesmas se revela de maior importância.

Neste sentido, e para dar corpo a esta preocupação a OISC/CPLP, através da sua equipa técnica responsável pela implementação das acções do **projecto operacional do plano estratégico 2008-2010**, na reunião de Praia, de Setembro de 2008, identificou várias acções concretas a serem levadas a cabo, (Conceber e coordenar a elaboração do diagnóstico institucional das ISC da CPLP; apoiar a elaboração/actualização de Planos Estratégicos das ISC da CPLP; definir modelo comum de avaliação de desempenho das ISC da CPLP, desenvolvendo indicadores de desempenho e metodologia para avaliação de impactos; Definição da metodologia para avaliação de impactos da actuação das ISC, com eventual contratação de consultor externo; Apoiar a criação de um Tribunal de Contas em Timor-Leste; Coordenar o levantamento de necessidades de formação com base no diagnóstico institucional das ISC da CPLP; Elaborar o plano de formação das ISC da CPLP, para o período 2011-2012, etc.) várias das quais realizadas (várias acções de capacitação realizadas, algumas visitas para trocas de experiência realizadas, abertura de uma Conta em Cabo Verde para o pagamento das quotas da organização pelas ISC membros, aprovação do

plano bienal de capacitação 2011-2012, etc.), ou em curso (Apoiar a criação de um Tribunal de Contas em Timor-Leste, o questionário de Autoavaliação de Gestão das ISC da CPLP aprovado e remetido a todas as ISC, etc.).

Deste enunciado, permita-se destacar a acção mencionada que é a da criação de um Tribunal de Contas de Timor Leste e que este II seminário consagra.

2.O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E A EXPERIÊNCIA CONCRETA DE CABO VERDE NOS ULTIMOS 15 ANOS

É consabido que a cooperação, o trabalho conjunto entre as ISC da CPLP tem, *grosso modo*, um único sentido – o seu desenvolvimento institucional.

O desenvolvimento institucional é descrito como um conjunto de mudanças qualitativas na organização que permitem a esta cumprir a sua missão, através do aumento da sua eficácia e da sua eficiência¹. Ele deve ser encarado não como um fim em si, mas como um processo que depende essencialmente de dois factores: do ambiente interno ou seja das dinâmicas das pessoas que compõem a instituição, e da interacção com o ambiente externo (pressão internacional, pressão da sociedade civil através do controlo social).

O caso do Tribunal de Contas de Cabo Verde, é paradigmático. Apesar de ser uma instituição independente, e que tem conhecido avanços significativos, reconhecido por todos, é ainda grandemente tributária da cooperação no suprimento dos seus constrangimentos a nível dos Recursos Humanos e financeiros. Assim, para nós, a cooperação, surge como oportunidade, para o intercâmbio de informações, para a formação, para pesquisas, enfim para o seu fortalecimento e aprimoramento.

¹ Documento de trabalho do Workshop das ISC da CPLP de Joanesburgo, de 22.11.2010

Neste pressuposto, o Tribunal de Contas de Cabo Verde, tem participado em várias acções externas, de que importa destacar, Atelier sobre a «avaliação de competências» em Gabão, em 2004, «técnicas de formação» em 2005, em Benin, «metodologias de verificação» em Marrocos em 2010 e «planificação estratégica» em Tunis em 2011, tudo isto a nível da INTOSAI - Organização Mundial dos Tribunais de Contas e Instituições Congéneres -, sob os auspícios da IDI -Iniciativa para o Desenvolvimento da Intosai.

No quadro Regional, importa salientar, um acontecimento de grande importância que foi o acolhimento pelo Tribunal de Contas de Cabo Verde de 29 de Setembro a 1 de Outubro de 2010, da II^a Assembleia Geral Extraordinária do CREFIAF - Conselho Regional de Formação das ISC da África Francófona Subsaariana - e que contou com a participação de cerca de 60 delegados.

A par disso, o Tribunal de Contas participou no quadro da AFROSAI e do CREFIAF num atelier em Dakar sobre a Governance em 2006, beneficiou em 2007 de apoio de equipamentos informáticos pela CRRI - Comité Regional de Reforço Institucional da CREFIAF;

Ainda a nível da AFROSAI-E - Organização Africana das Instituições Supremas de Controlo de Expressão Inglesa -, em Maio de 2011, o Tribunal de Contas de Cabo Verde, participou no Atelier sobre as estratégias conjuntas de reforço institucional das ISC /PALOP. A acrescentar a isso, importa referir que desde a criação da OISC/CPLP, temas importantes já foram debatidos nos encontros desta organização² e nas seis Assembleias Gerais da OISC/CPLP.³

Por outro lado e no quadro da nossa cooperação, com o TCU do Brasil desenvolveu-se já acções de consultoria na área do parecer sobre Conta

² Em 1996, no II Encontro, na Cidade da Praia, em Cabo Verde, em 1997 no III, em Maputo, Moçambique, em 2000, o IV Encontro, em Brasília, Brasil, no V encontro, em Ponta Delgada, em 2001

³ II^a Assembleia Geral em Luanda em 2002, III^a Assembleia Geral em Fortaleza em 2004, IV^a Assembleia Geral em Maputo em 2006, V^a Assembleia Geral em Porto em 2008, VI^a Assembleia Geral em S.Tomé em 2010.

Geral do Estado, de formação, em auditoria, em fiscalização de obras públicas, entre outras.

Com os Tribunais de Estado e municipais do Ceará - Brasil , o nosso Tribunal dispõe de protocolos de acordo de cooperação, todos assinado no ano de 2009.

Com o TC de Angola as relações são excelentes tendo havido nomeadamente em 2007 a deslocação ao nosso Tribunal de uma missão de técnicos daquela instituição, com vista a conhecer a nossa experiência em matéria de parecer sobre a Conta Geral do Estado.

Com o Tribunal de Contas de Portugal, a nossa cooperação é exemplar e de longa data. Ela é multifacetada e abrange áreas diversas, que vão desde formação, apoio institucional, e intercâmbios vários. Esta instituição teve um papel importante no cumprimento das metas a que o nosso Tribunal se propôs no quadro dos pareceres da Conta Geral do Estado, e bem assim na preparação do nosso plano estratégico, 2007-2010. Por tudo isso, a par dos acordos bilaterais entre os Tribunais que integram a OISC/CPLP, estamos certos que com os resultados do diagnóstico institucional do projecto operacional do plano estratégico 2008-2010 da OISC/CPLP e com a sua actualização, cada uma das nossas instituições sairá reforçada e capacitada para enfrentar com sucesso os novos tempos.

À guisa de conclusão é legítimo afirmar que as nossas instituições, cada uma à sua medida, tem podido desenvolver, acções visando o reforço da cooperação, que os princípios estatutários da nossa organização exigem.

Todavia, pensamos ser claro para todos, que há muito ainda a fazer. E é assim que na nossa modesta opinião que a OISC/CPLP deve criar um núcleo de monitoramento (papel que pode ser desempenhado pelo Centro de Estudos e Formação da CPLP ou uma estrutura local nos nossos países que

dá um feedback à OISC) dos impactos de cada acção do projecto operacional do plano estratégico, seja ela projecto de consultoria, seja acção de formação e capacitação técnica dos Recursos Humanos com vista a transformar as nossas Instituições, em organizações modernas e viáveis e com uma boa performance, ou por outras palavras para garantir o desenvolvimento institucional que é ao cabo e ao resto o objectivo de todos.

Praia , aos 23 de Junho de 2011.